

MINAS GERAIS - CADERNO 1

- Estrela do Sul/MG. – PA n.º 2695/2020. CONCEDIDA COM CONDI-
CIONANTE. 2. Jose Ernesto Cadeia e Outros/Fazenda Santo Antônio
– Mat. 41.751; 43.891; 48.266 e 115.537. -Culturas anuais, sempreperes
e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura.
- Uberlândia/MG. – PA n.º 07481/2011/002/2020. CONCEDIDA COM
CONDICIONANTE.

(a) Kamila Borges Alves
Superintendente Regional de Meio Ambiente
da SUPRAM Triângulo Mineiro.

28 1392506 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:1. Município De Amparo da Serra – Estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos – Amparo da Serra /MG – Processo n.º 3494/2020. 2. Marmoraria São Manoel Ltda - Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração – Bicas/MG – Processo n.º 3495/2020. 3. Luciene Bove Baessa - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos – Santana do Manhuaçu/MG – Processo n.º 3499/2020. 4. Jose Marcio Eugenio/Sítio Ranchinho – Avicultura - Alfredo Vasconcelos / MG-Processo n.º 3497/2020. 5.Auto Posto Bandeirantes Ltda - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação – Juiz de Fora/MG – Processo n.º 3512/2020.

(a) Leonardo Sorbliny Schuchter. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata.

28 1392858 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais abaixo identificadas:

1. LAC 1 (LP+LI+LO): *Serraria Vargem Alegre Ltda. ME – Tratamento químico para preservação de madeira – Sabinópolis/MG – PA/ N.º 1793/2020. Classe 4. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 2. LAC 1 (LOC): *Onix Mineração Ltda. – Extração de rocha para produção de britas; Britamento de pedras para construção – Barão de Cocais/MG – PA/N.º 19711/2019/001/2019. Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 3. LAC2 (LOC): *LS Tratados de Madeira Ltda. – Tratamento químico para preservação de madeira – Sabinópolis/MG – PA/ N.º 23286/2018/001/2019. Classe 4. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS.

(a) Gesiane Lima e Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público que foi DEFERIDO o ADENDO ao parecer único do processo abaixo identificado:

1. LAS RAS: *Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – COPASA/ETE SEDE – Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário – Santana do Paraíso/MG - PA/N.º 08368/2018/001/2018 - Classe 2.

(a) Gesiane Lima e Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público o arquivamento dos processos abaixo identificados:

1. LAC1 (LOC): *Onix Mineração Ltda. – Lavra a céu aberto – Mineiros metálicos, exceto minério de ferro; Lavra a céu aberto – Minério de ferro; Unidade de tratamento de minerais – UTM, com tratamento a seco – Alvinópolis/MG - PA/N.º 24777/2017/001/2020 – Classe 3. Motivo: perda de objeto. 2. LAS RAS: *Catuji Energia S/A – Barragens de geração de energia – hidrelétrica - Catuji/MG – PA/N.º 26708/2013/001/2013 – Classe 2. Motivo: impossibilidade técnica.

(a) Gesiane Lima e Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1. Francisco de Assis Lage – Fazenda dos Cordeiros – Suinocultura – Santa Maria de Itabira/MG – PA/N.º 2287/2020. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Gesiane Lima e Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada:

1. Claudia Talyta Schittine Soares de Freitas – Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil – Antônio Dias e Jaguaruá/MG - PA/N.º 3477/2020.

(a) Gesiane Lima e Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público o indeferimento do processo abaixo identificado:

1) Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC1/LP+LI+LO): *Agrimaes Madeiras Ltda. – ME – Tratamento químico para preservação de madeira – Malacacheta/MG - PA/N.º 09759/2018/001/2018 – Classe 4. Motivo: caracterização incorreta.

(a) Gesiane Lima e Silva. Superintendente Regional da SUPRAM Leste Mineiro.

28 1392861 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada:

1) Biosew S.A./ Fazenda Camargos, Estiva/Brejinho - Matrículas: 7782, 7794, 7793, 14291, 15998, 19652 - Culturas anuais, sempreperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura – Luz /MG - Processo n.º 3484/2020 - SLA.

(a) Rafael Rezende Teixeira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de MG no dia 26/08/2020 – pag. 9) Onde se lê:

Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas:

1) Estação de Tratamento de Esgoto de Bambuí - Fazenda Retiro - 17470 - Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário – Bambuí/MG – PA/N.º 26421/2018/001/2020.

(...)

Leia-se:

Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas:

1) Prefeitura Municipal de Bambuí - Estação de Tratamento de Esgoto de Bambuí - Fazenda Retiro - 17470 - Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário – Bambuí/MG – PA/N.º 26421/2018/001/2020.

(a) Rafael Rezende Teixeira. O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

*As demais informações permanecem inalteradas.

28 1392805 - 1

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO (Publicado no Diário Oficial de “MG” no dia 28/08/2020 – pag. 10)

Onde se lê: “ A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público o arquivamento do processo abaixo identificado: 1) Renovação de Licença de Operação: *Funchal Ltda /Fazenda Santa Clara - Lotes 23 e 24 PADAP- Horticultura (floricultura, cultivo de hortaliças, legumes e especiarias; Culturas anuais, excluindo a olericul- tura; Culturas perenes e cultivos classificados no programa de produção integrada conforme normas no ministério da agricultura, exceto café- cultura e citricultura; Criação de equínos, muare, ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (confinados) – Rio Paranaíba/MG - PA n.º 00946/2006/002/2016 - Classe 3. Motivo: Perda do objeto.

(a) Kamila Borges Alves.
Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba”.

DIÁRIO DO EXECUTIVO

(...)

Leia-se: “A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público o arquivamento do processo abaixo identificado: 1) Renovação de Licença de Operação: *Funchal Ltda /Fazenda Santa Clara - Lotes 23 e 24 PADAP- Horticultura (floricultura, cultivo de hortaliças, legumes e especiarias; Culturas anuais, excluindo a olericul- tura; Culturas perenes e cultivos classificados no programa de produção integrada conforme normas no ministério da agricultura, exceto café- cultura e citricultura; Criação de equínos, muare, ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (confinados) – Rio Paranaíba/MG - PA n.º 00946/2006/002/2016 - Classe 3. Motivo: Perda do objeto.

(a) Kamila Borges Alves.
Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro”.

28 1392716 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada: 1) renovação de licença de operação: *Fernando Noguez Beloni e outros/Fazenda Cachoeira, Santo Antônio e Esmelir, lugar denominado Santa Cruz da Vargem Grande – Culturas anuais, beneficiamento primário de produtos agrícolas, Cafeicultura, Armazenamento de combustível, horticultura, barragem de irrigação e Armazenamento de produtos agrotoxicos – Patrocínio/MG - PA/N.º 05982/2010/002/2017 - Classe 3. CONCE- DIDA COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS.

28 1392856 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, torna público o arquivamento do processo de licenciamento abaixo identificado:

1) Licença de Instalação Corretiva(LAC1): Alto da Serra Comércio de Minérios Ltda – Lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil; Pilhas de rejeito/estéril – Divinésia/MG – PA/N.º 2795/2020. – Motivo: Impossibilidade técnica.

(a) Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto – Secretário Executivo do Conselho Estadual de Política Ambiental.

28 1392842 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Norte de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Sim- plificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

Comercial Gece Alves Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Mato Verde/MG - PA/n.º 3333/2020.

Cerâmica Guaiçul Ltda. - Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha - Várzea da Palma/MG - PA/n.º 3377/2020.

Evandro Gobbi/Fazenda Serra das Araras - Matrículas 7008 e 3236 - Culturas anuais, sempreperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrosilvopastoris, exceto horticultura - Chapada Gaúcha/MG - PA/n.º 3387/2020.

Eduardo Monteiro de Moraes/Fazenda Bacopari - Produção de carvão vegetal de origem nativa/aproveitamento do rendimento lenhoso e criação de bovinos, bubalinos, equínos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Várzea da Palma/MG - PA/n.º 3395/2020.

Posto Cecília Ltda. - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos - Salinas/MG - PA/n.º 3458/2020.

Nalvi Paulo Finger Kober/Fazenda Vereda das Araras - Criação de bovinos, bubalinos, equínos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo e culturas anuais, sempreperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Buritizeiro/MG - PA/n.º 3461/2020.

Uelson Oneres Souza Carvalho 08536101695 - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos - Benopólis/MG - PA/n.º 3510/2020.

(a) Clésio Cândido Amaral. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Norte de Minas.

28 1392857 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Jequitinhonha torna público que foram finalizadas as análises das Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identifica- das, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1- José Marcelino Santos – Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil – Carbonita/MG. PA n.º 3054/2020. CON- CEDIDA COM CONDICIONANTES.

2- Magban Mármores e Granitos Aquidaban LTDA – Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento – São Gonçalo do Rio Preto/MG. PA n.º 3053/2020. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

3- Exotic Mineração LTDA - Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários – Itinga/MG. PA n.º 3052/2020. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Cândida Cristina Barroso de Vilhena. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Jequitinhonha.

28 1392855 - 1

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de “MG”, no dia 05/10/2019 - pag. 07) Onde se lê:

“O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco, torna público que:

1) Geraldo Magela de Oliveira/Fazenda Nossa Senhora da Conceição - Matrícula 51.874 – Formulação de rações balanceadas e de alimen- tos preparados para animais, Culturas anuais, sempreperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equínos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Avicultura e Suinocultura – Pará de Minas /MG – PA/N.º 02974/200/005/2017 - Classe 4 foi reorientado de Licença de Operação Corretiva (LOC) para Licença Ambiental Concomitante (LAC1 LOC) – Classe 3.

(a) Rafael Rezende Teixeira
O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

(...)

Leia-se:

“O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplic- fada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: Geraldo Magela de Oliveira/Fazenda Nossa Senhora da Conceição - Matrícula 51.874 – Formulação de rações balanceadas e de alimen- tos preparados para animais, Culturas anuais, sempreperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equínos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Avicultura e Suinocultura – Pará de Minas /MG – PA/N.º 02974/200/005/2017 - Classe 3.

(a) Rafael Rezende Teixeira
Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

(...)

*Obs.: As demais informações permanecem inalteradas.

28 1392410 - 1

DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM

N.º 238, DE 26 DE AGOSTO DE 2020.

Altera a Deliberação Normativa Copam n.º 214, de 26 de abril de 2017, que estabelece as diretrizes para a elaboração e a execução dos Progra- mas de Educação Ambiental no âmbito dos processos de licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais.

O CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 14 da Lei n.º 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e o inciso I do art. 3.º do Decreto n.º 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, com respaldo no inciso IX do §1.º do art. 214 da Constituição do Estado de Minas Gerais,

CONSIDERANDO a necessidade de se aprimorar as diretrizes para a elaboração e a execução dos Programas de Educação Ambiental no âmbito dos processos de licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais,

DELIBERA:

Art. 1.º - O caput e os §§2.º e 3.º do art. 1.º da Deliberação Normativa Copamn.º 214, de 26 de abril de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescido o §4.º:

“Art. 1.º - Esta Deliberação Normativa estabelece as diretrizes e os procedimentos para elaboração e execução do Programa de Educação Ambiental - PEA - nos processos de licenciamento ambiental de empre- endimentos e atividades listados na Deliberação Normativa Copamn.º 217, de 2017 e considerados como causadores de significativo impacto ambiental e/ou passíveis de apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/Rima.

(...)

§ 2º - Em virtude das características, localização, impactos e grupos sociais da Área de Abrangência da Educação Ambiental - Abea - do empreendimento ou atividade, o órgão ambiental poderá determinar a elaboração e execução do PEA nos casos necessários, devidamente motivado, como informação complementar, independentemente do tipo dos estudos apresentados.

§ 3º - Em virtude das especificidades de seu empreendimento ou ativi- dade, o empreendedor poderá solicitar a dispensa do PEA, desde que tecnicamente motivada, junto ao órgão ambiental licenciador, mediante apresentação de formulário próprio disponibilizado no sítio eletrônico da Semad, o qual deverá avaliar e se manifestar quanto à justifica- tiva apresentada, devendo o empreendedor considerar, no mínimo, os seguintes fatores:

I - a tipologia e localização do empreendimento;

II - a classe do empreendimento;

III - a delimitação da Abea do empreendimento;

IV - o diagnóstico de dados primários do público-alvo da Abea;

V - o mapeamento dos grupos sociais afetados na Abea;

VI - os riscos e os impactos socioambientais do empreendimento;

VII - o quantitativo de público interno.

§ 4º - Nos casos dos processos de licenciamento ambiental em que hou- ver a dispensa da apresentação de EIA/Rima, o PEA não será exigido, ressalvados os casos dispostos no §2.º.”

Art. 2º - Os incisos II, IV, VI e VII do art. 2º da Deliberação Norma- tiva Copam n.º 214, de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescido o inciso IX:

“Art. 2º - (...)

II- Programa de Educação Ambiental - PEA: é um conjunto de projetos de educação ambiental que se articulam a partir de referenciais teóri- cos metodológicos e de uma proposta educativa coerente, considerando aspectos teórico-práticos e processos de ensino-aprendizagem que contemplem as populações afetadas e os trabalhadores envolvidos, propor- cionando condições para que esses possam compreender sua realidade e as potencialidades locais, seus problemas socioambientais e melho- rias, e como evitar, controlar ou mitigar os impactos socioambientais e conhecer as medidas de controle ambiental dos empreendimentos;

(...)

IV- Diagnóstico Socioambiental Participativo - DSP: instrumento de articulação e empoderamento que visa diagnosticar, sensibilizar, mobi- lizar, compartilhar responsabilidades e motivar os grupos sociais impac- tados pelo empreendimento, a fim de se construir uma visão coletiva da realidade local, identificar as potencialidades, os problemas locais e as recomendações para sua melhoria, considerando os impactos socioam- bientais do empreendimento, resultando em uma base de dados que norteará e subsidiará a construção e implementação do PEA;

(...)

VI - Área de Abrangência da Educação Ambiental - Abea: Área contida na Área de Influência Direta - AID - do meio socioeconômico, se limi- tando a esta, sujeita aos impactos ambientais diretos e negativos decor- rentes da implantação e operação da atividade ou empreendimento, considerando os grupos sociais efetivamente impactados;

VII- grupo social: conjunto de pessoas que interagem entre si em razão de objetivos e interesses comuns, criando sentimentos de identidade grupal, desenvolvidos através de contato contínuo, tais como as comu- nidades da Abea e o corpo de trabalhadores próprios e terceirizados do empreendimento ou atividade;

(...)

IX - público flutuante: indivíduos presentes na Abea, durante um pe- ríodo de curta duração, tais como mão-de-obra temporária ou sazonal e/ ou atraídos em função de eventuais potenciais turísticos decorrentes da atividade ou empreendimento.”

Art. 3º - Os §§ 1º e 2º do art. 4º da Deliberação Normativa Copam n.º 214, de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - (...)

1º - As revisões, complementações e atualizações do PEA, a serem apresentadas nos casos previstos nos §§ 3º e 6º do art. 6º e no art. 15, deverão ser comunicadas previamente pelo empreendedor e aprovadas pelo órgão ambiental licenciador.

§ 2º - Até a aprovação prevista no §1º, as revisões, complementações e atualizações do PEA poderão ser executadas conforme comunica- das pelo empreendedor, a contar da data do protocolo, sem prejuízo de eventuais adequações ou correções necessárias que possam ser solicita- das posteriormente pelo órgão ambiental licenciador.”

Art. 4º - Os §§1º, 2º e 4º e os incisos I e II do §5º do art. 6º da Deli- beração Normativa Copam n.º 214, de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescidos os §§ 6º, 7º, 8º e 9º:

“Art. 6º - (...)

§ 1º - O projeto executivo do PEA deverá ser estruturado a partir de eta- pas metodológicas definidas e elaborado a partir das informações cole- tadas em um DSP e nos demais estudos ambientais do empreendimento ou atividade, tendo como referência sua tipologia, a Abea, a realidade local, os grupos sociais afetados, os riscos e os impactos socioambien- tais do empreendimento ou atividade.

§ 2º - O DSP deverá se basear em mais de uma técnica participativa com vistas ao envolvimento dos diferentes grupos sociais da Abea do empre- endimento e ser apresentado juntamente com o PEA.

(...)

§ 4º - O Projeto Executivo do PEA poderá ser executado, à critério do empreendedor, anteriormente à aprovação pelo órgão ambiental licen- ciador, sem prejuízo de eventuais adequações ou correções necessárias que possam ser solicitadas posteriormente pelo mesmo órgão.

(...)

I - Formulário de Acompanhamento, conforme modelo constante no Anexo II, a ser apresentado anualmente, até trinta dias após o final do primeiro semestre de cada ano de execução do PEA, a contar do início da implementação do Programa;

II - Relatório de Acompanhamento, conforme Termo de Referência constante no Anexo I, a ser apresentado anualmente, até trinta dias após o final do segundo semestre de cada ano de execução do PEA, a contar do início da implementação do Programa.

§ 6º - O projeto executivo do PEA deverá prever a execução de pro- jetos e ações para um período de até cinco anos, a contar do início da sua execução, os quais, ao final desse período, deverão ser repactuados entre o empreendedor e seu público-alvo, a partir de um processo partici- pativo, redefinindo a validação das ações e projetos já executados e visando a melhoria das metas e indicadores e/ou proposições de novas ações e projetos.

§ 7º - A proposta de repactuação do PEAPrevistano §6º deverá ser apre- sentada pelo empreendedor em até cento e oitenta dias antes do término do período vigente.

§ 8º - Caso o órgão ambiental licenciador não se manifeste sobre a apro- vação da proposta de repactuação do PEA prevista nos §§6º e 7º até o término do período vigente, o empreendedor deverá executar a referida proposta, conforme apresentada, sem prejuízo de eventuais adequações ou correções necessárias que possam ser solicitadas posteriormente pelo mesmo órgão.

§ 9º - Será dispensada a realização do DSP para o público flutuante, desde que tecnicamente motivado pelo empreendedor, mantendo-se a obrigatoriedade de se apresentar e executar ações e projetos de educa- ção ambiental para este público.”

Art. 5º - O art. 7º da Deliberação Normativa Copam n.º 214, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - O PEA será composto por projetos de educação ambien- tal, voltados para diferentes públicos e com durações variadas, que serão estabelecidos de acordo com a vigência da licença ambiental pleiteada”

Art. 6º - Ocaput, o inciso I do §1º e os §§2º, 3º e 5º do art. 8º da Deli- beração Normativa Copam n.º 214, de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - O PEA deverá ser construído de forma participativa com os diferentes grupos sociais pertencentes à Abea.

§ 1º. - (...)

I- Público externo: direcionado às comunidades localizadas na Abea da atividade ou empreendimento;

(...)

§ 2º - A abrangência de aplicação das ações do PEA será definida de acordo com os limites da Abea da atividade ou empreendimento.

§ 3º - Os conteúdos e temáticas abordados no PEA podem contem- plar - os meios biótico, físico e socioeconômico, conforme resultados obtidos no DSP.

(...)

§ 5º - O PEA deverá ser elaborado de forma a apresentar ao público externo os impactos ambientais do empreendimento, a melhoria dos problemas socioambientais e fortalecimento das potencialidades locais.”

Art. 7º - Ocaputdo art. 11 da Deliberação Normativa Copam n.º 214, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescidos os §§1º, 2º, 3º e 4º:

“Art. 11 - As ações e/ou projetos de educação ambiental do PEA, incluindo o DSP, poderão ser elaborados e executados em parceria com outros empreendedores e com instituições públicas e privadas, para o públicoexterno comum aos empreendimentos, bem como devem buscar sinergia com outras ações de políticas públicas desenvolvidas na região, desde que seja comprovado, perante ao órgão ambiental licenciador, a correlação dessas ações aos impactos ambientais do empreendimento.

§ 1º - Poderão ser previstas novas ações e/ou projetos conjuntos entre os PEAs dos empreendimentos ou poderão ser incorporadas ações e/ou projetos de PEAs já em elaboração e/ou execução no caso de processos de licenciamento ambiental em diferentes etapas ou cronogramas.

§ 2º - As ações e/ou projetos de PEAs conjuntos deverão ser previa- mente solicitadas ao órgão ambiental e poderão ser executadas pelos empreendedoresanteriormente à aprovação pelo órgão ambiental licen- ciador, sem prejuízo de eventuais adequações ou correções necessárias que possam ser solicitadas posteriormente pelo mesmo órgão.

§ 3º - A solicitação pelo empreendedor e sua respectiva aprovação pelo órgão ambiental licenciador, previstas no §2º, deverão ser juntadas aos processos de licenciamento ambiental da atividade principal de cada um dos empreendimentos envolvidos.

§ 4º - No caso das parcerias em que um ou mais empreendedores já possuem ações e/ou projetos de educação ambiental aprovados e em execução, a solicitação ao órgão ambiental prevista no §2º, deverá ser realizada pelo(s) empreendedor(es) que possui(em) interesse em reali- zar as ações e/ou projetos de forma conjunta, incluindo o aceite dos demais parceiros, especificando as responsabilidades e a participação de cada uma das partes.”

Art. 8º - Ocaputdo art. 15 da Deliberação Normativa Copam n.º 214, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescidos dos §§ 2º e 3º, passando o parágrafo único a vigorar como §1º:

“Art. 15 - Para a obtenção de licença ambiental para ampliação ou alteração passível de licenciamento de empreendimento ou atividade já licenciado, o empreendedor deverá apresentar a revisão e/ou comple- mentação do PEA anteriormente aprovado pelo órgão ambiental, caso haja modificação na sua Abea, inclusão de novos grupos sociais impactados e/ou inserção de novas atividades não inseridas na licença anterior.

§ 1º - No caso de ampliação ou alteração passível de licenciamento de empreendimento ou atividade já licenciado e que não possua PEA ante- riormente aprovado pelo órgão licenciador, o empreendedor deverá elab- orar e apresentar o PEA junto ao processo de licenciamento ambiental da ampliação ou alteração, considerando o empreendimento existente e sua ampliação ou alteração como um todo.

§ 2º - As revisões e/ou complementações das ações e/ou projetos de educação ambiental previstas no caput, correspondentes às amplia- ções ou alterações passíveis de licenciamento ambiental do empreen- dimento ou atividade, deverão ser previamente solicitadas e poderão ser executadas pelos empreendedores anteriormente à aprovação pelo órgão ambiental licenciador, sem prejuízo de eventuais adequações ou correções necessárias que possam ser solicitadas posteriormente pelo mesmo órgão.